

- XXXVIII -**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Rosiris Pereira de Souza
CEPAE/UFG – Brasil
rosirisps@gmail.com

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre as políticas atuais de formação de professores de Educação Infantil em suas múltiplas determinações e intersecções com as mudanças nas políticas de formação de professores para a Educação Básica em geral. O tema da formação profissional para a Educação Infantil ressurgiu após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 1996. Esses dispositivos, ao inserirem a criança de 0 até 6 anos de idade no sistema escolar, dispõem sobre a garantia do direito da criança à educação e, conseqüentemente, impõem ao Estado a obrigatoriedade de oferecer instituições e profissionais habilitados para atuar com essa faixa etária (KISHIMOTO, 1999).

De acordo com Kishimoto (1999), as políticas públicas no campo da Educação Infantil têm influenciado a formação inicial de professores, sendo essa, uma das questões que mais se destacam no cenário político atual. Barbosa (2013, p. 107) afirma que, “desde a década de 1980 a formação dos profissionais da educação infantil tem ocupado posição de destaque na educação brasileira, ampliando-se sua ênfase na legislação, políticas públicas, na atuação dos movimentos sociais e na produção científica”. De acordo com Gatti *et al* (2011, p. 62), a preocupação com “a educação e, em decorrência, com a formação de professores e suas condições de trabalho aparecem como uma questão importante na sociedade”. O motivo da preocupação com a formação docente, segundo essas autoras, decorre, principalmente, “das demandas e das pressões de variados grupos sociais, considerando os novos ordenamentos estruturais no mundo contemporâneo” Gatti *et al* (2011). Curado Silva (2008, p. 33) afirma que a prioridade nas políticas é dada aos profissionais da educação e sua formação, por serem estes os principais desencadeadores dos processos de reformas “em decorrência do seu papel na formação dos sujeitos pela possibilidade de efetivar ou não as mudanças no campo educacional.”

Ao lado da importância dada à formação inicial de professores para a Educação Básica, percebemos, na atualidade, a eminente demanda por professores para esse nível de ensino e, principalmente, para a Educação Infantil. Neste sentido, os cursos de formação de professores, em específico, o curso de Pedagogia passou a ser alvo de atenção (ALVES, 2012). Para atender a demanda

da ampliação da Educação Infantil estipulada no Plano Nacional de Educação, cria-se, conseqüentemente, a necessidade de aumentar o número de professores.

Podemos dizer, a partir do que já foi discutido, que a complexidade da formação docente na Educação Básica se agrava, ainda mais, quando se trata dos professores que atuam na Educação Infantil. São muitas as dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam nessa etapa quando inseridos nas instituições educativas. Há muitos relatos em pesquisas sobre professores da Educação Infantil sobre a existência de uma distância entre as expectativas do professorado e a realidade educacional, ou seja, entre a idealização na formação e a realidade do trabalho docente (exercício profissional). Geralmente, as instituições educacionais exigem dos docentes uma multiplicidade de tarefas e isso demanda destes profissionais, conhecimentos e competências para exercer uma prática contextualizada que deve estar articulada “às especificidades do momento, à cultura local, ao alunado diverso em sua trajetória de vida e expectativas escolares” (GATTI *et al*, 2011, p. 25).

É importante destacar que, no campo da Educação Infantil, por diversos fatores (ideológicos, políticos, históricos, culturais, entre outros), a função docente ainda é bastante confundida com vocação, dom ou sentimentos maternos, o que evoca outras questões que envolvem necessárias reformas nos processos formativos de novos professores. A constituição da identidade profissional na primeira etapa da Educação Básica convive com processos de desvalorização dos professores que atuam com crianças de 0 até 6 anos de idade, muitas vezes, vistos somente, como cuidadores. A Educação Infantil sempre foi vista como um campo marginal e desvalorizado por múltiplos motivos, entre eles, o papel e função social assumidos, historicamente, pelas instituições de atendimento para crianças de 0 até 6 anos de idade, muitas vezes voltados, principalmente, para guarda, alimentação e proteção.

O processo de reformas estruturais no campo da economia e do Estado a partir da década de 1990, reconfigurou o papel social do Estado e impactou nas políticas educacionais e, com isso, a Educação Infantil, após a Constituição Federal de 1988 e LDB de 1996 emerge como educação de crianças de 0 até 6 anos de idade. De acordo com Kishimoto (1999, p. 62), houve aí, uma urgência nos processos de formação de professores para atuar nessa etapa de ensino, com destaque na formação para o processo de “integrar o cuidado e a educação, buscando dar continuidade à formação da criança em instituições diversas – como creches, pré-escolas, classes de alfabetização, centros de educação infantil, centros de recreação, casas de infância, entre outras”. Segundo essa autora, no Brasil, os profissionais dessa etapa “dispõem, ainda, de precária formação, com grande contingente de leigos” e isso “desnuda a premência de reformas institucionais e preparo dos profissionais” (KISHIMOTO, 1999, p.62).

A formação e atuação de professores na Educação Infantil começou a apresentar mudanças significativas diante dos novos ordenamentos legais (CF de 1988, ECA de 1990, LDB de 1996 e DCNEI de 2009, entre outros). Esta etapa da Educação Básica, agora legalmente inserida no sistema regular de ensino, vem se constituindo enquanto etapa importante nos processos de formação e desenvolvimento

humano. A Educação Infantil e, conseqüentemente, a formação de professores para essa demanda, vêm se consolidando, também, num fértil campo de pesquisas com produções que contribuem para o questionamento e reflexão sobre a função e o papel dos professores, das instituições educacionais e das instituições de formação profissional. Neste sentido, é necessário salientar a importância da formação inicial dos professores para atuar na Educação Infantil, que se constitui a partir de uma ampla formação teórico-prática possibilitando aos professores a apropriação de conhecimentos que visem a ampliação da concepção de sociedade, de educação, de infância, de aprendizagem e desenvolvimento.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação Infantil. Políticas Educacionais.

Referências

ALVES, Nancy Nonato Lima. Perfil e desenvolvimento profissional docente na educação básica em Goiás. In OLIVEIRA, J. F.; OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. (Orgs.). **Trabalho docente na Educação Básica em Goiás**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BARBOSA, I. G. Das políticas contraditórias de flexibilização e centralização: reflexões sobre a história e as políticas da educação infantil em Goiás. **Inter-Ação**, vol. 33, n.º 2, p. 379-394, Goiânia, jul./dez, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado. Brasília, DF: 1988.

_____. **Lei n.º 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estatísticas dos Professores no Brasil**. Brasília: MEC/INEP, 2009.

_____, CNE, CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Parecer nº 20/2009, aprovado em 11 de novembro de 2009.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015

CURADO SILVA, K. A. C. P. da. **Os professores com formação stricto sensu e o desenvolvimentos da pesquisa na educação básica da rede pública de Goiânia: realidade, entres e possibilidades**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de educação da Universidade Federal de Goiás. 2008.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GATTI, B. (org.) **O trabalho docente – avaliação, valorização, controvérsias**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Autores Associados, 2013.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro, 1999.

OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.